

SANGUE POR PETRÓLEO: A ESTRATÉGIA ENERGÉTICA DE BUSH E CHENEY

MICHAEL T. KLARE

Disseram-nos que o petróleo não tem nada a ver com os motivos de Washington para a invasão estadunidense do Iraque em março de 2003. Segundo afirmava Ari Fleischer, o porta-voz da Casa Branca, no final de 2002¹, o único interesse que os Estados Unidos (EUA) possuem na região é a causa da paz e da estabilidade, sem importar a capacidade [do Iraque] de gerar petróleo. Mas uma observação mais atenta ao planejamento da guerra por parte do governo Bush mostra um quadro muito diferente. Segundo uma informação relativa aos planos de proteger os poços de petróleo iraquianos em caso de guerra que se tornou de conhecimento em janeiro de 2003 por meio de um relatório de um “alto funcionário da Defesa” anônimo, os líderes do Pentágono revelaram que o general Tommy Franks e sua equipe “delinearam estratégias que nos permitirão assegurar e proteger esses poços o mais rápido possível com a finalidade de preservá-los da destruição, para não ter de entrar e limpá-los depois”² Se estas suspeitas são certas, e se o novo regime de Bagdá abre seu território à exploração por parte de empresas estrangeiras, o Iraque poderia converter-se em um dos principais fornecedores de petróleo dos EUA na próxima década³.

Para apreciar cabalmente os interesses estratégicos dos EUA no Iraque é necessário voltar aos primeiros meses do Governo Bush. Ao assumir como presidente no início de 2001, a prioridade da política externa de George Bush não era prevenir o terrorismo nem pôr freio na difusão de armas de

destruição em massa (nem nenhum outro dos objetivos de política exterior que auspiciou após o 11 de setembro). Mas sim, tratava-se de aumentar o fornecimento de petróleo por parte dos provedores estrangeiros aos mercados estadunidenses. Durante o ano anterior havia ocorrido uma severa escassez de petróleo e gás natural em muitas partes dos EUA, acompanhada por apagões periódicos na Califórnia. Além disso, as importações de petróleo dos EUA haviam crescido mais de 50% do total consumido no país pela primeira vez em sua história, provocando grande ansiedade com relação ao fornecimento de energia no longo prazo. Por essas e outras razões, Bush afirmou nesse momento que abordar a crise energética da nação seria sua tarefa mais importante como presidente⁴.

Por diversas razões, Bush e seus assessores consideravam que a resposta à crise energética era um tema crítico. Para começar, a abundância de energia é essencial para a saúde e rentabilidade de muitos dos setores líderes dos EUA, entre eles a indústria automotiva, a aeronáutica, a construção, a petroquímica e a agricultura. Conseqüentemente, qualquer escassez de petróleo é especialmente crítica para a economia estadunidense porque constitui a fonte de dois quintos da provisão total de energia do país –superando qualquer outra fonte– e porque fornece a maior parte do combustível para o transporte. Além disso, é absolutamente essencial para a segurança nacional dos EUA, já que move a vasta frota de tanques, aviões, helicópteros e barcos que constituem a coluna vertebral de sua maquinaria de guerra⁵.

Dadas estas realidades, não surpreende que o iniciante Governo Bush visse com grande preocupação a escassez de energia de 2000-2001. Neste sentido, o Secretário de Energia, Spencer Abraham, afirmava diante da Conferência Nacional de Energia (*National Energy Summit*) que “os EUA enfrentarão uma grande crise energética durante as próximas duas décadas”, e seguia dizendo que “o fracasso diante deste desafio ameaçará a prosperidade de nossa nação, comprometerá nossa segurança nacional e literalmente alterará nosso estilo de vida”⁶.

Para enfrentar este desafio, o presidente Bush criou o Grupo Nacional de Desenvolvimento de Políticas de Energia (*National Energy Policy Development Group*–NEPDG) integrado por altos funcionários públicos, que teria a responsabilidade de desenvolver um plano de longo alcance que tenderia em satisfazer os requisitos energéticos da nação. “Há algo certo”, Bush afirmou diante do grupo em março de 2001, “não há soluções de curto prazo... a solução para nossa escassez de energia requer pensar no longo prazo e implementar planos que tardarão em dar frutos”⁷. Para liderar o NEPDG e para supervisionar este processo de longo prazo, Bush escolheu seu assessor político mais próximo, o vice-presidente Dick Cheney. Membro do Partido Republicano e ex-secretário de Defesa, Cheney havia sido presidente e

CEO da Halliburton Co., uma empresa de serviços petrolíferos, antes de se juntar à campanha de Bush em 2000. Cheney, por sua vez, buscou o assessoramento e as recomendações de altos funcionários das empresas energéticas dos EUA, incluindo a Enron⁸.

Já no início da revisão da política energética dos EUA por parte do NEPDG, viu-se que os EUA estavam diante da alternativa crítica de escolher entre possibilidades de desenvolvimento energético muito díspares: podia continuar no mesmo caminho, consumindo quantidades cada vez maiores de petróleo, e dada a irreversível queda de sua própria produção tornar-se mais dependente dos insumos importados, ou podia escolher uma rota alternativa, que supunha uma dependência muito maior de fontes de energia renovável e uma redução gradual do uso do petróleo. A existência dessas duas opções e a necessidade de decidir qual delas escolher eram temas amplamente conhecidos pelos especialistas na matéria. No entanto, foi justo com a criação do NEPDG que esta opção crítica converteu-se em objeto de análise nos níveis mais altos.

Claramente, o resultado desta decisão teria conseqüências profundas para a sociedade estadunidense, a economia e a segurança da nação. A decisão de continuar pelo caminho do consumo crescente de petróleo ataria os EUA ainda mais firmemente aos fornecedores do Golfo Pérsico e a outros países produtores de petróleo, com o conseqüente impacto na política de segurança do país. Por outro lado, a decisão de desenvolver uma estratégia alternativa exigiria enormes investimentos em novas tecnologias de geração de energia e de transporte, o que geraria a queda de ramos industriais inteiros. De qualquer forma, os EUA sofreriam o impacto de sua escolha em sua vida cotidiana e na dinâmica da economia em sua totalidade. Ninguém, nem nos EUA nem em qualquer outra parte, ficaria completamente a salvo das conseqüências da decisão com relação a que estratégia energética seguir⁹.

O NEPDG analisou essas opções durante os primeiros meses de 2001 e terminou seu relatório no início de maio. Após um cuidadoso exame por parte da Casa Branca, o relatório foi consagrado como a Política Nacional de Energia (*National Energy Policy*—NEP), e dado a conhecer publicamente pelo presidente Bush em 17 de maio de 2001¹⁰. À primeira vista, a NEP—ou o “Relatório Cheney”, como ficou conhecido—parecia rejeitar a opção de crescente dependência com relação ao petróleo importado e optar pela conservação, a energia renovável e a melhora da eficiência energética. Em 17 de maio o presidente declarou que o novo plano “reduz a demanda promovendo a inovação e a tecnologia para nos convertermos no líder mundial em eficiência e conservação”. Também assinalava que o mesmo “assegurará a pesquisa e desenvolvimento em tecnologias de redução no consumo de energia. Exigirá que os fabricantes produzam artefatos mais eficientes no uso

de energia”¹¹. No entanto, apesar de toda esta retórica sobre a conservação, a NEP não propõe uma redução do consumo geral de petróleo dos EUA, mas uma desaceleração do crescimento de sua dependência com relação ao petróleo importado mediante o aumento da produção própria através do uso de métodos de perfuração mais eficientes e da exploração de reservas não exploradas em áreas naturais protegidas.

Como se sabe, o passo mais importante proposto pela NEP para aumentar a produção foi o início da perfuração no Refúgio da Vida Silvestre no *Artic National Wildlife Refuge* (ANWR), uma área natural virgem no noroeste do Alasca de grande extensão. Esta proposta foi elogiada por muitos republicanos e por interesses privados que favorecem o crescente uso das terras federais para o desenvolvimento energético, mas foi totalmente condenada pelos ambientalistas que deploram a destruição de uma área natural antiga. O desacordo foi tão agudo que o debate sobre a ANWR monopolizou a discussão da NEP. Contudo, enquanto o debate da ANWR permitiu que a Casa Branca sugerisse que o governo estava totalmente comprometido com uma política de independência energética, um exame mais cuidadoso do relatório Cheney leva a uma conclusão inteiramente diferente. Além da proposta da ANWR, não há virtualmente nada na NEP que contribua para uma queda significativa da dependência estadunidense com relação ao petróleo importado. De fato, acontece o contrário: o objetivo básico do plano de Cheney é incrementar a provisão de petróleo por parte dos fornecedores estrangeiros.

Em conclusão, o presidente Bush tomou uma decisão clara sobre a futura conduta energética estadunidense. A decisão não foi reduzir a dependência do petróleo importado –como sugeriu a retórica da Casa Branca– mas o contrário. Sabendo que nada pode reverter o declínio da produção de petróleo do país a longo prazo, e buscando saciar a sempre crescente sede dos EUA pelos derivados do petróleo, o Governo escolheu seguir pela senda de acrescentar a dependência com relação ao petróleo estrangeiro.

O fato de que o plano estratégico de Bush prevê uma dependência crescente mais que declinante com relação ao petróleo importado não é imediatamente visível no comentário do presidente sobre a NEP nem nos primeiros sete capítulos do relatório Cheney. É justamente no oitavo e último capítulo, “Fortalecendo as Alianças Globais”, que o verdadeiro propósito da administração –crescente dependência com relação ao petróleo importado– torna-se claramente visível. Aqui o tom do relatório muda notoriamente, passando da preocupação pela conservação e pela eficiência energética para uma ênfase explícita em assegurar mais petróleo de fontes externas. O capítulo 8 começa dizendo que “a segurança energética nacional dos EUA depende do fornecimento de energia que seja suficien-

te para apoiar o crescimento econômico estadunidense e global”. Como os EUA não podem obter o petróleo exigido de suas próprias reservas, devem depender de fontes estrangeiras. “Podemos fortalecer nossa segurança energética e a prosperidade da economia global” trabalhando com outros países para incrementar a produção global de energia. Para este fim, o relatório Cheney deu instruções ao presidente e seus subalternos de maior calibre de “converter a segurança energética em uma prioridade de nosso comércio e política exterior”¹².

No entanto, uma vez que reconhece a necessidade de incrementar a provisão de petróleo importado, o relatório Cheney é muito circunspecto sobre a quantidade de petróleo estrangeiro que será necessária. A única chave fornecida pelo relatório é um quadro com o consumo e a produção líquidos históricos dos EUA. De acordo com este quadro, a produção de petróleo estadunidense declinará de 8,5 milhões de barris por dia (mbd) em 2002 a 7 mbd em 2020, enquanto que o consumo saltará de 19,5 mbd para 25,5 mbd, o que significa que as importações totais deverão subir de 11 mbd a 18,5 mbd¹³. A maioria das recomendações do capítulo 8 se orientam rumo à procura deste incremento do petróleo importado –aproximadamente 7,5 mbd, ou o equivalente do consumo atual total da China e da Índia somadas.

Para facilitar o acesso dos EUA às fontes externas de petróleo, o relatório Cheney faz 35 recomendações de políticas –exatamente um terço das recomendações de todo o relatório. Apesar de muitas dessas propostas referirem-se especificamente a regiões ou países, há uma ênfase geral na remoção dos obstáculos –políticos, econômicos, legais e logísticos– que dificultam o incremento da provisão de petróleo estrangeiro aos EUA. Para dar apenas um exemplo, a NEP convoca os Secretários de Energia, Comércio e Estado “para aprofundar seu diálogo comercial com o Cazaquistão, Azerbaijão e outros estados do Cáspio, com a finalidade de manter um clima de negócios energéticos e de infra-estrutura energética forte, transparente e estável”¹⁴. Fazem-se recomendações similares referentes a outras regiões do mundo que são vistas como futuras fontes de petróleo importantes para os EUA.

A ênfase do relatório Cheney na obtenção de fontes cada vez maiores de energia importada para satisfazer a crescente demanda dos EUA terá um impacto importante na política exterior do país nos próximos anos. Os funcionários norte-americanos não apenas terão de negociar o acesso a estas fontes externas e dispor do tipo de investimentos que tornará possível o aumento da produção e da exportação, mas também deverão dar os passos necessários para que o fornecimento externo de petróleo aos EUA não seja obstaculizado por guerras, revoluções ou desordens civis. Estes imperativos conduzirão a política estadunidense para todas as regiões provedoras de

energia, especialmente a área do Golfo Pérsico, a bacia do Mar Cáspio, a África e a América Latina. Como se verá a seguir, a implementação do plano energético de Cheney também estava destinada a ter implicações significativas para a política de segurança estadunidense e para o envio e uso efetivo das forças militares estadunidenses. Isto se dá dessa maneira porque a maioria dos países que se espera que forneçam mais petróleo aos EUA nos próximos anos estão violentamente divididos por conflitos internos, guardam fortes sentimentos antiestadunidenses, estão situados em regiões perigosas, ou exibem alguma combinação das três características anteriores. Isto significa que os esforços estadunidenses para procurar mais petróleo de fontes estrangeiras quase certamente enfrentarão desordens violentas e resistência nas áreas produtoras-chave. E enquanto os funcionários estadunidenses podem preferir evitar o uso da força em tais situações, têm toda a razão em concluir que o único caminho para assegurar o fluxo contínuo de energia é proteger as reservas petrolíferas e os oleodutos com soldados estadunidenses.

Para complicar o dilema de Washington, o próprio envio dessas forças estadunidenses para as áreas produtoras de petróleo provavelmente agita o ressentimento por parte dos habitantes destas áreas, que temem o ressurgimento do colonialismo ou que objetam algumas das políticas estadunidenses (por exemplo, o apoio de Washington a Israel). Como resultado, os esforços dos EUA para salvaguardar o fluxo de petróleo podem muito bem acabar na intensificação mais que na diminuição das desordens e na violência locais. Claramente, isto possui o caráter de uma escalada: quanto mais os EUA dependerem de petróleo importado, maior será a probabilidade de que tenham participação militar nas áreas produtoras chave e maior é o risco de que isto leve à violência antinorte-americana¹⁵.

Para apreciar em sua totalidade as múltiplas conseqüências do plano energético do Governo Bush sobre a política exterior e militar dos EUA, é útil examinar os interesses e condutas estadunidenses em cada uma das regiões consideradas em Washington como as principais fontes de petróleo importado nos próximos anos. Nossa revisão das áreas começa com o Golfo Pérsico —o principal fornecedor de petróleo mundial— e depois centra-se sucessivamente na bacia do Mar Cáspio, na costa ocidental da África e na América Latina.

O GOLFO PÉRSICO

A área do Golfo Pérsico foi e continuará sendo um foco central de preocupação para a política exterior e militar estadunidense porque está situada sobre a maior reserva mundial de petróleo inexplorado. De acordo com a British Petroleum, os principais produtores petrolíferos do Golfo possuem conjuntamente cerca de 680 bilhões de barris de petróleo, ou aproximada-

mente dois terços das reservas mundiais conhecidas. Os países do Golfo também lideram a produção mundial diária, representando aproximadamente 22 milhões de barris diários em 2000, o que constitui cerca de 30% da produção mundial¹⁶. A maioria dos analistas assume que a participação do Golfo na produção mundial total de petróleo crescerá significativamente, já que a produção em outras áreas, incluindo os EUA, o México, o Mar do Norte, a China e a Indonésia, experimenta um declínio irreversível¹⁷.

Apesar dos EUA atualmente obterem no Golfo Pérsico apenas 18% do total do petróleo que importam, Washington percebe um interesse estratégico significativo na estabilidade da produção energética do Golfo porque seus principais aliados, incluindo o Japão e os países da Europa ocidental, dependem de importações da região, e porque o alto nível de exportações do Golfo ajudou a manter os preços mundiais do petróleo, beneficiando assim a economia estadunidense, a qual é dependente do petróleo. Com sua produção interna em decadência, os EUA se tornarão mais dependentes das importações do Golfo. Por esta razão, a NEP afirma que “esta região continuará sendo vital para os interesses dos EUA”¹⁸.

Obviamente, os EUA desempenharam um papel significativo nos assuntos do Golfo Pérsico por longo tempo. Durante a Segunda Guerra Mundial, o presidente Franklin D. Roosevelt se encontrou com Abdul-Aziz Ibn Saud, o fundador da moderna dinastia saudita, e com ele chegou a um acordo com ele pelo qual os EUA aceitaram proteger a família real contra seus inimigos internos e externos em troca do acesso privilegiado ao petróleo saudita. Nos anos seguintes, os EUA também aceitaram fornecer assistência para a segurança do Xá do Irã e aos líderes do Kuwait, Bahrein e dos Emirados Árabes Unidos (EAU). Os acordos levaram ao fornecimento de enormes quantidades de armas e munições estadunidenses a esses países e, em alguns casos, ao envio de forças de combate estadunidenses¹⁹ (os vínculos de segurança entre os EUA e o Irã, no entanto, foram cortados em janeiro de 1980, quando o Xá foi deposto por forças islâmicas militantes).

A política estadunidense para proteger o fornecimento de energia do Golfo Pérsico é precisa: quando surgir uma ameaça, os EUA utilizarão todos os meios necessários, incluindo a força militar, para assegurar a continuidade do fluxo de petróleo. Este princípio foi articulado inicialmente pelo presidente Jimmy Carter em janeiro de 1980, após a invasão soviética do Afeganistão e a queda do Xá, e deste então continuou sendo a política estadunidense. De acordo com este princípio –conhecido desde os anos 80 como a “Doutrina Carter”– os EUA usaram a força em várias ocasiões: primeiro em 1987-88 para proteger os tanques petrolíferos do Kuwait dos mísseis iranianos e dos ataques navais (Operação Earnest Will), e depois em 1990-91, para retirar as forças iraquianas do Kuwait (Operação Tempestade no Deserto)²⁰.

Ao explicar a necessidade de usar a força nestas ocasiões, os funcionários estadunidenses ressaltaram reiteradamente a importância que o petróleo do Golfo Pérsico possui para a estabilidade e prosperidade da economia estadunidense. Em 11 de setembro de 1990, cinco semanas depois da invasão iraquiana ao Kuwait, o Secretário de Defesa Dick Cheney dizia diante do Comitê das Forças Armadas do Senado; “penso que nosso interesse estratégico na região do Golfo Pérsico é bem conhecido, mas convém repeti-lo”. Continuava dizendo que, além dos vínculos de segurança entre os EUA e a Arábia Saudita na área, “obviamente, nós temos também um interesse significativo na energia que está em jogo no Golfo”. O Iraque tinha 10% das reservas de petróleo do mundo e, tomando o Kuwait, adquiriu outros 10%; a ocupação do Kuwait também colocou as forças iraquianas a poucas centenas de quilômetros de outros 25%, na província ocidental da Arábia Saudita: “Uma vez que [Hussein] se apropriou do Kuwait e enviou seu grande exército, ficou claramente em uma posição na qual podia ditar o futuro da política energética mundial, e isto lhe deu um domínio total sobre nossa economia, assim como também sobre a maioria das nações do mundo”. Foi por esta razão, insistiu Cheney, que os EUA não tiveram outra opção a não ser empregar a força militar na defesa da Arábia Saudita e outros estados amigos na área²¹.

Uma vez que as forças iraquianas foram expulsas do Kuwait, os EUA adotaram uma política de “contenção” do Iraque tendendo a debilitar o regime de Hussein e a prevenir qualquer novo ataque ao Kuwait e Arábia Saudita, que consistiu no emprego de diversas sanções econômicas, além da delimitação de uma zona vedada aos vôos no norte e no sul do Iraque. Ao mesmo tempo, Washington expandiu substancialmente sua presença militar e sua estrutura de base na área do Golfo Pérsico com o objetivo de facilitar futuras operações militares estadunidenses na região. Mais importante ainda, o Departamento de Defesa “pré-posicionou” vastas quantidades de armas e munições no Kuwait e Qatar de tal modo que as tropas estadunidenses pudessem ser enviadas à região e entrar em combate sem ter de esperar durante semanas ou meses o envio do equipamento pesado dos EUA²².

No início da primavera de 2002, o Governo Bush havia chegado à conclusão de que a política de contenção não era suficiente para eliminar a ameaça que Saddam Hussein representava para os interesses estadunidenses no Golfo, e de que seriam necessárias ações mais agressivas. Mesmo que a suposta existência de armas de destruição em massa no Iraque tenha sido invocada como razão principal para agir dessa maneira, é instrutivo notar que Dick Cheney –agora vice-presidente– empregou virtualmente o mesmo argumento que usava em setembro de 1990 para justificar o uso da força. “Se as ambições [de Hussein de adquirir armas de destruição em massa] se

concretizarem, as implicações serão enormes para o Oriente Médio e para os EUA”, dizia Cheney diante da convenção anual de Veteranos de Guerra em 26 de agosto de 2002. “Armado com um arsenal destas armas de terror e sentado sobre dez por cento das reservas petrolíferas do mundo, Saddam Hussein poderia esperar alcançar o domínio de todo o Oriente Médio, tomar o controle de uma grande porção dos recursos energéticos mundiais [e] ameaçar diretamente os amigos dos EUA na região”²³.

Com o êxito de sua invasão ao Iraque, parece que os EUA têm agora firme controle da área do Golfo Pérsico e de suas reservas de petróleo. No entanto, uma avaliação realista da situação do Golfo sugeriria que não se pode assegurar a estabilidade a longo prazo. Olhando para o futuro, é evidente que os *policy-makers* estadunidenses enfrentam dois desafios críticos: primeiro, assegurar que a Arábia Saudita e outros produtores do Golfo aumentem a produção de petróleo na medida necessária pela crescente demanda estadunidense (e internacional); e segundo, proteger o regime saudita contra o mal-estar e a insurreição interna.

A necessidade de aumentar a produção saudita é particularmente aguda. Possuindo um quarto das reservas de petróleo conhecidas no mundo –cerca de 265 bilhões de barris– a Arábia Saudita é o único país com a capacidade de satisfazer a crescente demanda estadunidense e internacional de petróleo. De acordo com o Departamento de Energia, a produção de petróleo da Arábia Saudita deve aumentar em 113% durante os próximos 25 anos, isto é, passar de 10,2 mbd em 2001 para 23,8 mbd em 2025, para satisfazer as necessidades mundiais previstas (estimadas em 119 mbd) no final do período²⁴. No entanto, expandir a capacidade em 13,6 mbd –o equivalente à produção total anual dos EUA e do México– custará bilhões de dólares e produzirá enormes desafios técnicos e logísticos. A melhor forma de obter esta expansão, segundo acreditam os analistas estadunidenses, é persuadir a Arábia Saudita para que abra seu setor petrolífero aos investimentos das empresas estadunidenses. De fato, isso é exatamente o que postula o relatório Cheney²⁵. Não obstante, qualquer esforço de Washington para pressionar Riad para que permita maiores investimentos petrolíferos estadunidenses no reino provavelmente irá encontrar resistências importantes por parte da família real, a qual nacionalizou as posses petrolíferas estadunidenses nos anos 70 e teme ser vista como excessivamente subordinada às ordens dos EUA.

O governo enfrenta outro problema na Arábia Saudita: a longa relação entre os EUA e o regime saudita em matéria de segurança se tornou uma fonte de grande tensão no país, na medida em que um número cada vez maior de jovens sauditas se volta contra os EUA, devido a seus laços com Israel e ao que pode ser visto como preconceitos antiislâmicos por parte destes. Foi neste meio hostile aos EUA que Osama bin Laden recrutou muitos de seus segui-

dores no final dos anos 90 e obteve boa parte de seu apoio financeiro. Após o 11 de setembro, o governo saudita tomou medidas energéticas contra algumas dessas forças, mas a oposição subterrânea à cooperação econômica e militar com Washington persiste. Justamente dez dias depois que o presidente Bush declarou a “vitória” no Iraque, uma série de intensas explosões sacudiram os subúrbios do noroeste de Riad, destruindo vários complexos ocupados por empresas e residentes ocidentais²⁵. Encontrar um modo de erradicar esta oposição enquanto ao mesmo tempo se persuade Riad para que aumente o fornecimento de petróleo para os EUA será um dos desafios mais difíceis que enfrentarão os *policy-makers* estadunidenses durante os próximos anos²⁶.

Os Estados Unidos também enfrentam um impasse contínuo no Irã. Ainda que após o 11 de setembro os líderes iranianos expressaram sua simpatia pelos EUA e forneceram uma modesta assistência às forças estadunidenses durante a campanha no Afeganistão, as relações entre os dois países permanecem tensas. O Irã estava, obviamente, incluído entre os três membros do “eixo do mal” no discurso do presidente Bush sobre o Estado da União de janeiro de 2002, o qual levou muitos em Teerã a temerem que a vitória estadunidense no Iraque fosse seguida por uma invasão ao Irã. Estes medos foram agravados pela acusação estadunidense de que o Irã está desenvolvendo armas nucleares. E mesmo que estas preocupações não levem ao estouro de uma guerra entre os dois países, é provável que as tensões entre ambos se mantenham em um nível elevado por um futuro previsível²⁷.

Ainda que os Estados Unidos permaneçam dependentes do petróleo do Golfo Pérsico por um longo tempo, os funcionários estadunidenses procuram minimizar esta dependência na medida do possível ao diversificar as fontes de energia importadas do país. “Diversidade é importante, não apenas para a segurança energética, mas também para a segurança nacional”, declarou o Presidente Bush em 17 de maio de 2001. “A dependência excessiva com relação a qualquer fonte de energia, especialmente uma fonte estrangeira, nos torna vulneráveis aos choques dos preços, às interrupções no fornecimento e, no pior dos casos, à chantagem”²⁸. Para prevenir isto, o plano energético do governo demanda um esforço substancial dos EUA para estimular a produção em um conjunto de áreas fora do Golfo, incluindo a bacia do Mar Cáspio, a costa ocidental da África e a América Latina.

A BACIA DO MAR CÁSPIO

Entre as áreas mencionadas, a bacia do Mar Cáspio que compreende o Azerbaijão, a Geórgia, o Cazaquistão, o Quirguistão, Turcomenistão, Tajiquistão e Uzbequistão junto com áreas adjacentes do Irã e da Rússia, é a que talvez receba maior atenção por parte dos *policy-makers* estadunidenses. De acordo com o Departamento de Energia, esta área alberga reservas comprovadas

(definidas com probabilidade de 90%) em uma faixa entre 17 e 33 bilhões de barris de petróleo e reservas possíveis (definidas com uma probabilidade de 50%) de 233 bilhões de barris —uma quantidade que, se for confirmada, transformará a região no segundo lugar de reservas inexploradas após o Golfo Pérsico²⁹. Para assegurar que boa parte deste petróleo chegue aos consumidores ocidentais, o governo estadunidense fez um esforço extremo para desenvolver a infra-estrutura e o sistema de distribuição de petróleo. Como o Mar Cáspio está rodeado de terra, o petróleo e o gás da região devem ser transportados por meio de oleodutos e gasodutos; qualquer esforço para explorar as vastas reservas energéticas do Mar Cáspio deve, portanto, contemplar a construção de linhas de exportação de longa distância.

Durante o Governo Clinton, os EUA buscaram ganhar acesso às vastas reservas de petróleo do Mar Cáspio pela primeira vez. Até esse momento, os estados do Cáspio (exceto o Irã) tinham sido parte da União Soviética, e, portanto, o acesso externo a suas reservas energéticas estava firmemente restringido. Uma vez que esses estados tornaram-se independentes, Washington desenvolveu uma intensa campanha diplomática para abrir seus poços para o investimento de empresas petrolíferas ocidentais e para permitir a construção de novos oleodutos para a exportação. O próprio presidente Clinton desempenhou um papel chave neste esforço, ligando reiteradamente para os líderes dos países do Mar Cáspio e convidando-os a visitar periodicamente a Casa Branca³⁰. Estes esforços eram essenciais, disse Clinton ao presidente do Azerbaijão Heydar Aliyev em 1997, para “diversificar nossas fontes de energia e fortalecer a segurança de nossa nação”³¹.

O objetivo principal do Governo Clinton durante este período foi o de assegurar a aprovação das novas rotas de exportação do Mar Cáspio para os mercados ocidentais. Como o governo relutava que o petróleo do Cáspio fosse transportado para a Europa Ocidental através da Rússia (dando assim a Moscou um grau de controle sobre a provisão de energia do Ocidente), e dado que o transporte através do Irã estava proibido pela legislação estadunidense (por seu desenvolvimento de armas de destruição em massa), o presidente Clinton deu seu apoio a um plano para transportar petróleo e gás de Baku, no Azerbaijão, a Ceyhan, na Turquia, através de Tblisi, na antiga República Soviética da Geórgia. Antes de deixar seu cargo, Clinton voou para a Turquia para presidir a cerimônia de assinatura de um acordo regional que autorizava a construção do oleoduto Baku-Tblisi-Ceyhan (BTC) de US\$ 3 bilhões³².

Uma vez que se concentrava nos aspectos legais e logísticos necessários para obter a energia do Cáspio, o Governo Clinton também buscava enfrentar a ameaça que a instabilidade e o conflito na região representavam para o fornecimento de petróleo no futuro. Muitos dos estados nos quais os EUA esperavam apoiar-se para aumentar a provisão de petróleo ou para transportar

a energia do Cáspio estavam destruídos por conflitos étnicos e separatistas. Com isto em mente, o governo iniciou um conjunto de programas de assistência militar que visavam a fortalecer as capacidades internas de segurança dos estados amigos da região. Isto supunha, entre outras coisas, o fornecimento de armas e treinamento militar para suas forças, junto com a realização de exercícios militares conjuntos. No mais notório destes exercícios, a Operação CENTRAZBAT 97, cerca de 500 pára-quedistas da 82ª Divisão *Airborne* do Exército foram transportados 7.700 milhas do Fort Bragg na Carolina do Norte para Shymkent no Cazaquistão para participar de manobras conjuntas com tropas daquele país, mais o Quirguistão e o Uzbequistão³³.

Sobre a base dos esforços do presidente Clinton, o Governo Bush busca acelerar a expansão das instalações de produção e os oleodutos no Cáspio. “Os investidores estrangeiros e a tecnologia são críticos para o rápido desenvolvimento de novas rotas de exportação comercialmente viáveis”, afirma o relatório Cheney. “Tais desenvolvimentos assegurarão que a crescente produção petrolífera do Cáspio se integre efetivamente ao comércio petrolífero mundial”. O relatório coloca ênfase particular na conclusão do oleoduto BTC e no aumento da participação de empresas estadunidenses nos projetos energéticos do Cáspio. Olhando mais à frente, o governo busca também construir ductos para transportar petróleo e gás que vão do Cazaquistão e Turcomenistão, na costa leste do Cáspio, até Baku, na costa oeste, o que permitirá que a energia da Ásia central seja transportada para o oeste através do sistema de oleodutos BTC³⁴.

Até o 11 de setembro, a participação dos EUA na bacia do Mar Cáspio e na Ásia Central havia estado restrita aos esforços econômicos e diplomáticos, acompanhados por certo número de acordos de assistência militar. No entanto, para combater os talibãs e a Al-Qaeda no Afeganistão, o Departamento de Defesa enviou centenas de milhares de tropas de combate para a região e estabeleceu bases militares no Quirguistão e Uzbequistão. Algumas destas tropas retornaram aos EUA, mas parecia que o Departamento de Defesa planejava conservar suas bases na Ásia Central. De fato, há sinais de que os EUA desejam manter uma presença militar permanente e fortalecer seus laços com os regimes amigos da área³⁵. Esta presença supostamente se orienta no sentido de fornecer assistência na guerra contra o terrorismo, mas é claro que também se orienta para salvaguardar o fluxo de petróleo. O mais notório, neste sentido, é a decisão dos EUA de enviar instrutores militares para a Geórgia, que estarão destinados a dar treinamento sobre contra-insurgência às unidades especiais que eventualmente devam proteger o segmento georgiano do oleoduto BTC³⁶.

Ainda que o Governo Bush possua grandes esperanças no desenvolvimento do fornecimento de energia do Mar Cáspio, é evidente que existem

muitos obstáculos que limitam o aumento da exportação de petróleo da região. Alguns deles são logísticos: até que se possam construir novos oleodutos, será difícil transportar grandes quantidades de petróleo do Mar Cáspio ao Ocidente. Outros obstáculos são políticos e legais: os regimes autoritários que atualmente controlam a maioria das ex-repúblicas soviéticas estão assolados pela corrupção e são relutantes em adotar as reformas legais e impositivas necessárias para atrair investimentos ocidentais em grande escala. Com efeito, o maior problema que os EUA enfrentam na sua tentativa de contar com a bacia do Cáspio não é mais estável que o Golfo e, por conseguinte, qualquer esforço para garantir a segurança da recepção de energia implicará o mesmo tipo de compromissos militares que os EUA têm selado com seus principais fornecedores de energia no Golfo³⁷.

ÁFRICA OCIDENTAL

Outra área que o Governo Bush vê como uma promissora fonte de petróleo é a África Ocidental. Ainda que os estados africanos representem apenas cerca de 10% da produção global de petróleo em 2000, o Departamento de Energia prevê que sua participação crescerá para 13% em 2020 –agregando, ao processo, outros 8,3 mbd à oferta global³⁸. Isto é uma boa notícia para Washington. “Espera-se que a África Ocidental seja uma das fontes de gás e petróleo para o mercado estadunidense que irá crescer mais rapidamente”, informava o relatório Cheney. E mais, “o petróleo africano tende a ser de alta qualidade e com baixos níveis de enxofre”, o que o torna especialmente atrativo para as refinarias estadunidenses³⁹.

O governo espera concentrar seus esforços em dois países: Nigéria e Angola. A Nigéria produz atualmente cerca de 2,2 mbd, e espera-se que duplique sua capacidade em 2020 –e que boa parte deste excedente se destine aos EUA. No entanto, a Nigéria carece de recursos para financiar esta expansão por si própria, e seu sistema legal atual –para não mencionar a corrupção generalizada e o conflito étnico– tende a desestimular os investimentos de empresas estrangeiras⁴⁰. O relatório Cheney solicita, portanto, que as Secretarias de Comércio e Energia trabalhem com os funcionários nigerianos “para melhorar o clima para o comércio, o investimento e a operação estadunidense de petróleo e gás”. Um enfoque similar inspira a postura do governo em Angola. Com investimentos estrangeiros suficientes, afirma o relatório Cheney, Angola “teria potencial para duplicar suas exportações durante os próximos dez anos”⁴¹. Mas aqui também, a corrupção endêmica e a atmosfera jurídica pouco atrativo desestimularam os investimentos substanciais por parte das empresas estrangeiras⁴².

De modo semelhante ao que acontece na região do Cáspio, o conflito político e as guerras étnicas poderiam frustrar os esforços estadunidenses para

obter mais petróleo na África. De fato, boa parte da produção da Nigéria foi paralisada durante a primavera de 2003 devido à violência étnica na região do Delta, onde se encontra boa parte do petróleo do interior da Nigéria. Ademais, ativistas locais –muitas delas mulheres– ocuparam as instalações petrolíferas marítimas na tentativa de obter fundos adicionais para projetos comunitários. O crime e o vandalismo também dificultaram os esforços da Nigéria para incrementar a produção de petróleo⁴³.

É improvável que os EUA respondam a este desafio enviando tropas para a área –isto indubitavelmente evocaria imagens de colonialismo e, portanto, provocaria forte oposição interna e externa. Mas Washington quer aumentar a ajuda militar aos regimes amigos da região. A assistência estadunidense a Angola e Nigéria –os dois países de maior interesse para Washington– totalizou cerca de US\$ 300 milhões durante os anos fiscais de 2002–2004, o que representa um aumento significativo com relação ao triênio anterior. Além disso, segundo o orçamento estadunidense do ano fiscal de 2004, Angola e Nigéria são elegíveis para receber os excedentes de armamento dos EUA, segundo o Programa de Artefatos de Defesa do Pentágono (*Pentagon's Excess Defense Articles*–EDA)⁴⁴ (além dos mencionados, outros países africanos produtores de petróleo, entre eles Camarões, Chade, Gabão e Congo-Brazzaville, também receberão armas estadunidenses no marco deste programa). E enquanto o envio de tropas militares estadunidenses na região não parece provável no curto prazo, o Departamento de Defesa começou a explorar locais potenciais para instalar bases –principalmente nas ilhas de São Tomé e Príncipe– com a expectativa de que possa ser considerado necessário no futuro⁴⁵.

AMÉRICA LATINA

Finalmente, o plano de Cheney busca incrementar significativamente as importações de petróleo da América Latina. Atualmente, os EUA importam destes países grande parte do petróleo que consome –a Venezuela é atualmente o terceiro fornecedor de petróleo dos EUA (depois do Canadá e da Arábia Saudita), o México é o quarto e a Colômbia é o sétimo– e Washington espera contar em maior medida com o petróleo da região no futuro. Como indicava o secretário de Energia, Spencer Abraham, “o presidente Bush reconhece não apenas a necessidade de aumentar a provisão de energia, mas também o papel crítico que o hemisfério desempenhará na política energética do governo”⁴⁶.

Ao apresentar tais aspirações aos governos da região, os funcionários estadunidenses reiteram seu desejo de estabelecer um marco comum de cooperação para o desenvolvimento energético. “Ao olhar para o futuro, nós

queremos destacar o enorme potencial para uma maior cooperação regional em matéria de energia”, disse Abraham na Quinta Conferência Hemisférica Ministerial sobre Iniciativas Energéticas na cidade do México em 8 de março de 2001. “Nosso objetivo [é] construir relações entre vizinhos que contribuam para nossa segurança energética comum; ao acesso à energia adequado, confiável, ambientalmente confiável e alcançável”⁴⁷. Mas, além de sua sinceridade, estes comentários negligenciam a realidade fundamental: toda esta “cooperação” está destinada essencialmente para que quantidades de petróleo cada vez maiores obtidas na região sejam canalizadas para os EUA.

O plano energético de Bush enfatiza particularmente a aquisição de mais petróleo no México e na Venezuela. “O México é uma fonte líder e confiável de petróleo importado”, observa o relatório Cheney. “Sua grande base de reservas, aproximadamente 25% maiores que as nossas reservas comprovadas, transforma o México na provável fonte da maior produção de petróleo durante a próxima década”⁴⁸. A Venezuela é considerada vital para os planos energéticos estadunidenses porque possui grandes reservas de petróleo convencional, e porque abrange uma grande quantidade do chamado petróleo pesado –um material que parece lodo e que pode ser convertido em petróleo convencional mediante um custoso processo de refinamento. De acordo com a NEP, “o sucesso que a Venezuela teve em fazer com que o petróleo pesado se tornasse comercialmente viável sugere que o país contribuirá substancialmente para diversificar o fornecimento global de energia e fazer com que nossa própria provisão de energia combine diversas fontes no médio e longo prazo”⁴⁹.

Mas o propósito de utilizar a abundante oferta de energia do México e da Venezuela encontrará uma grande dificuldade: devido à longa história de depredação colonial e imperial, ambos os países têm mantido suas reservas de energia sob o controle estatal e estabeleceram fortes barreiras legais e constitucionais para a participação estrangeira na produção petrolífera nacional. Assim, mesmo que estes países tratem de capitalizar os benefícios econômicos do aumento das exportações de petróleo aos EUA, provavelmente resistirão tanto ao aumento da participação estadunidense em sua indústria energética como também a qualquer aumento significativo na extração de petróleo. Esta resistência será sem dúvida frustrante para os funcionários estadunidenses, que buscam exatamente estes fins. A NEP pede para que as Secretarias de Comércio, Energia e Estado exerçam influência sobre suas contrapartidas latino-americanas para eliminar ou mitigar as barreiras ao crescimento dos investimentos petrolíferos estadunidenses.

É provável que estas tentativas encontrem resistências particularmente fortes na Venezuela, onde a produção de petróleo esteve por muito tempo nas mãos do estado. Uma nova constituição adotada em 1999 proíbe os

investimentos estrangeiros no setor petrolífero, e o presidente Chávez deu outros passos para impedir tais investimentos. Após uma prolongada greve geral organizada por seus opositores no final de 2002 e início de 2003, Chávez tomou o controle efetivo da empresa petrolífera estatal, Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) e despediu os gerentes considerados mais suscetíveis a vincularem-se com as empresas estrangeiras⁵⁰ (ainda que não se saiba que os EUA tiveram uma participação direta na greve, muitos de seus líderes haviam sido recebidos calidamente em Washington e tinham recebido sinais de simpatia para sua causa por parte do governo). Na medida em que Chávez permaneça no poder, é improvável que Washington avance muito em sua tentativa de aumentar os investimentos estadunidenses na indústria petrolífera da Venezuela.

As considerações sobre a energia também poderão ser prioritárias nas relações dos EUA com a Colômbia. Ainda que a Colômbia seja famosa por seu papel de fornecedora de drogas ilegais, também é uma importante provedora de petróleo aos EUA. Os esforços para aumentar a produção petrolífera da Colômbia foram obstaculizados por freqüentes ataques a instalações e oleodutos por parte de grupos guerrilheiros contrários ao governo⁵¹. Argumentando que estes grupos também fornecem proteção aos traficantes de drogas, os EUA estão ajudando o exército e a polícia colombianos em seus esforços para suprimir a guerrilha. E mais, sob uma apropriação especial outorgada pelo congresso em 2002, instrutores militares estadunidenses estão fornecendo treinamento de contra-insurgência para as forças colombianas designadas para proteger as 500 milhas do oleoduto Caño Limón, que liga as áreas petrolíferas do interior com as refinarias e instalações para a exportação na costa do Caribe⁵². Assim, os EUA provavelmente se envolverão crescentemente na guerra civil na Colômbia em busca de fontes de energia adicionais.

O NEXO ENERGIA-SEGURANÇA: OS VÍNCULOS ENTRE O PLANO ENERGÉTICO DE BUSH E SEU PLANO MILITAR

As conseqüências de tudo o que se viu acima são inequívocas: em sua tentativa de aumentar as importações de petróleo, os EUA estão se imiscuindo cada vez mais profundamente nos assuntos internos das nações provedoras de petróleo e, neste processo, estão se expondo a um risco crescente de se envolverem em situações de conflito local e regional. Esta realidade já influenciou as relações dos EUA com as principais nações petrolíferas e certamente terá maior impacto no futuro. E, como vimos, a crescente dependência estadunidense com relação a estes países provavelmente será acompanhada pela maior presença das forças militares estadunidenses nos mesmos.

No entanto, a NEP não reconhece em nenhum momento esta realidade fundamental. Pelo contrário, o plano de Cheney está centrado nas dimensões econômicas e diplomáticas da política energética dos EUA –sugerindo que os dilemas energéticos do país possam de algum modo ser superados desta forma. Mas os arquitetos da política Bush/Cheney sabem: um plano energético que supõe a maior dependência com relação aos países do Golfo Pérsico e de outros fornecedores situados em áreas de conflito recorrente não poderá se limitar a usar mecanismos econômicos e diplomáticos para vencer toda ameaça imaginável aos interesses energéticos estadunidenses. Em algum momento, poderia se tornar impossível garantir o acesso a determinadas fontes de petróleo sem o uso da força militar.

É nesse sentido que nada mais pode ser feito que ficar surpreso pelos claros paralelismos entre a política energética da administração e sua estratégia militar preferida. Para apreciar em toda sua magnitude a sobreposição entre as políticas energética e de segurança do Governo Bush, é necessário conhecer primeiro algo sobre o tipo de capacidades que os EUA poderiam possuir para assegurar o acesso às fontes estrangeiras de petróleo em um momento de crise ou conflito. Essencialmente, tal ação exigiria contar com forças bem equipadas e versáteis que pudessem ser enviadas a áreas distantes para proteger um fornecedor vital contra um ataque inimigo ou uma desordem interna, ou para restabelecer o controle em uma área produtora de petróleo que ficasse sob controle de um poder hostil. Estas forças também poderiam ser convocadas para proteger os oleodutos, portos, refinarias e outras instalações contra sabotagens ou ataques.

No jargão militar estadunidense, as formações destinadas a este tipo de atividades geralmente são identificadas como forças de “projeção de poder”; isto significa forças que possam ser transportadas de bases nos EUA e Europa para zonas de combate distantes e depois possam abrir caminho na área (se não existirem bases amigas disponíveis) ou acudir em auxílio de um aliado assediado. Tipicamente, afirma-se que as forças de projeção de poder devem incluir tanto unidades de combate terrestre como áreas destinadas à penetração em território inimigo, mais barcos e aviões que transportem estas unidades à zona de batalha. As forças de projeção de poder também incluem bombardeiros de longo alcance e plataformas navais –porta-aviões, navios de superfície e submarinos– usados para lançar aviões ou mísseis contra alvos em terra.

É precisamente este tipo de forças as que têm tido prioridade nos planos militares do Governo Bush. Durante sua primeira campanha presidencial, George Bush prometeu que ao assumir a presidência realizaria uma ampla revisão da política militar estadunidense e iniciaria a “transformação” das

forças estadunidenses, de modo que estas estivessem melhor equipadas para enfrentar os perigos do século XXI. Como estes perigos podem surgir em qualquer ponto da terra, em 23 de setembro de 1999, Bush explicou, em seu discurso na academia militar *The Citadel*, que “no próximo século nossas forças devem ser ágeis, letais, de rápido envio, e exigir o mínimo de apoio logístico”. Em particular, nossas forças terrestres “devem ser mais leves [e] mais letais; nossas forças navais devem ser capazes de destruir “objetivos de grandes distâncias”, e nossas forças aéreas “devem ser capazes de atacar de qualquer lugar do mundo com grande precisão”⁵³.

Estas prioridades dominaram o planejamento militar dos EUA durante os primeiros meses do Governo Bush e estabeleceram o ponto de partida para as demandas do futuro orçamento militar. De uma perspectiva estratégica, a expressão mais significativa desta visão estava contida no relatório de Revisão Quadrienal de Defesa (*Quadriennial Defense Review*—QDR), difundido em setembro de 2001. Muitos aspectos da política militar estadunidense estão incluídos no QDR, incluindo a segurança interna, a defesa missilística nacional, a guerra de informação e o antiterrorismo. No entanto, de modo similar ao discurso de Bush em *Citadel*, coloca-se maior ênfase em reafirmar a capacidade dos EUA para projetar seu poder militar em campos de batalha distantes. Segundo afirma o relatório, “os EUA devem reter a capacidade de enviar forças bem armadas e com apoio logístico a pontos críticos ao redor do planeta, mesmo diante da oposição inimiga”⁵⁴.

Portanto, até o fim do segundo ano de governo a Casa Branca tinha conseguido incorporar muitos de seus objetivos estratégicos à doutrina militar formal. Conforme vimos, estes objetivos enfatizam a melhora constante na capacidade estadunidense para projetar seu poder militar em áreas de distúrbios —isto é, para fortalecer o acesso à fontes de petróleo externas. Não se pode comprovar neste momento que isto tenha sido produto de uma vinculação consciente entre as políticas de energia e segurança; o inegável é que o presidente Bush deu prioridade à melhora das capacidades de projeção de poder estadunidense exatamente no mesmo momento em que respaldava uma estratégia de energia que supõe maior dependência com relação do petróleo de áreas de crise e conflito recorrentes.

O que temos, portanto, é uma estratégia articulada em torno de dois eixos que governa efetivamente a política estadunidense para a maioria do mundo. Ainda que surjam de dois tipos diferentes de preocupação —uma ligada à energia e outra ligada à segurança— estes dois princípios estratégicos fundiram-se em um desenho único e integrado para a dominação mundial estadunidense no século XXI. Qualquer das duas preocu-

pações pode desempenhar o papel principal em uma situação particular, mas a combinação de ambas é o que dará tom à conduta internacional dos EUA nas próximas décadas.

Claramente, esta não é uma estratégia reativa, mas sim requer a ação decidida por parte dos EUA para satisfazer suas crescentes necessidades de energia. Conforme a dependência estadunidense do petróleo proveniente do Golfo Pérsico, da bacia do Mar Cáspio, da África Ocidental e da América Latina for crescendo, Washington se verá mais profundamente envolvido nos assuntos políticos e econômicos dos estados produtores chave nestas regiões. Isto irá pressupor ao menos laços estreitos com os regimes amigos de tais áreas, e a presença conspícua de empresas petrolíferas estadunidenses. Em muitos casos, também implicará o envio de armas e assistência militar a regimes amigos. E nos casos em que houver uma ameaça direta ao fluxo de petróleo, podemos esperar uma intervenção militar aberta.

Este padrão ficou amplamente evidente na área do Golfo Pérsico. Os EUA declararam pela primeira vez seu propósito de empregar a força para proteger o petróleo do Golfo Pérsico em 1980, mediante a Doutrina Carter, e aplicou este princípio pela primeira vez em 1987, com o “re-embandeiramento” dos tanques petrolíferos do Kuwait (equipando-os com bandeiras estadunidenses com a finalidade de permitir sua defesa por parte das forças navais deste país). A guerra do Golfo de 1990-91 foi outra aplicação deste princípio e o mesmo aconteceu com a invasão estadunidense ao Iraque em 2003. Assistimos agora à extensão deste princípio a outras áreas do mundo das quais os EUA se tornaram dependentes para abastecerem-se de petróleo, inclusive do Mar Cáspio e a Colômbia. Se a experiência estadunidense no Golfo fornece alguma chave, esta estará no envio e no uso das forças militares norte-americanas nestas áreas.

Não se pode prever onde e quando será posto em prova este princípio. O que se pode afirmar, no entanto, é que a estratégia articulada em torno dos dois eixos estratégicos de energia e segurança adotados pelo Governo Bush em 2001-2002 levará quase com certeza à maior intervenção militar dos EUA nas principais áreas produtoras de petróleo. Essa intervenção não necessariamente deve ser descrita como uma “guerra por petróleo”, mas a lógica subjacente da estratégia de Bush será evidente para todos aqueles que acompanharam seu desenvolvimento durante os últimos anos. De fato, “sangue por petróleo” tornou-se a característica dominante da política militar do Governo Bush.

NOTAS

- 1 Citado em Serge Schmemmann, “Controlling Iraq’s Oil Wouldn’t Be Simple”, *The New York Times* (03/11/2002).
- 2 Extraído da transcrição do resumo de notícias do Departamento de Defesa, Pentágono (24/01/2003) <www.defenselink.mil> (acessado em 27/01/2003).
- 3 Departamento de Energia dos EUA, Energy Information Administration, “Iraq”, Country Analysis Brief, <www.eia.doe.gov/cabs/iraq.html> (acessado 23/10/2002).
- 4 Para mais informações sobre a crise energética de 2000-2001 e os remédios considerados pelo governo Bush no momento, Robert L. Bamberger, *Energy Policy: Setting the Stage for the Current Debate*, CRS Issue Brief for Congress, Washington, D.C.: Congressional Research Service, U.S. Library of Congress (13/08/2001).
- 5 Para mais informações sobre a crise energética de 2000-2001 e suas implicações para a economia dos EUA e para sua segurança, veja Ibid., Robert L. Bamberger.
- 6 Spencer Abraham, “A National Report on America’s Energy Crisis”, comentários ante a Conferência Nacional de Energia (19/03/2001) <www.energy.gov> (acessado em 24/04/2001).
- 7 “Remarks by the President in Photo Opportunity after Meeting with National Energy Policy Development Group”, Casa Branca (19/03/2001) <www.whitehouse.gov> (acessado em 05/03/2003).
- 8 Veja Richard A. Oppel, Jr., “White House Acknowledges More Contacts with Enron”, *The New York Times* (23/05/2003).
- 9 Para mais informações e uma discussão sobre estas escolhas, veja *Strategic Energy Policy Challenges for the 21st Century*, Relatório de uma Força Tarefa Independente Financiada pelo Instituto de Políticas Públicas James A. Baker III da Rice University e pelo Conselhos de Relações Exteriores, Edward L. Morse, Chair (04/2001) <www.bakerinstitute.org> (acessado em 21/10/2002).
- 10 National Energy Policy Development Group, *National Energy Policy*, Washington, D.C.: Casa Branca (05/2001). (daqui em diante citado como NEPDG, NEP 2001.)
- 11 Extraído do manuscrito do pronunciamento de Bush no River Centre Convention Center, St. Paul, Minn. (17/05/2001), como publicado no *The New York Times* (18/05/2001).
- 12 NEPDG, NEP 2001, cap. 8, pp. 1, 3-4.
- 13 Ibid., Figura 2, p. x.
- 14 Ibid., cap. 8, p. 13.

- 15 Para uma maior elaboração deste ponto, veja Klare, “The Deadly Nexus: Oil, Terrorism, and America’s National Security”, *Current History* (12/2002), pp. 414-20.
- 16 BP, *Statistical Review of World Energy 2002*, pp. 4, 6.
- 17 Veja as projeções para a produção de petróleo até 2025 no Departamento de Energia dos EUA (DoE), Energy Information Administration (EIA), *International Energy Outlook 2003*, Tabela D4, p. 238. (daqui em diante citado como DoE/EIA, IEO 2003.)
- 18 NEPDG, NEP 2001, cap. 8, p. 4.
- 19 Para mais informações, veja Michael A. Palmer, *Guardians of the Gulf*, New York: The Free Press, 1992. Veja também: Michael Klare, *Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict*, New York: Metropolitan Books, 2001, pp. 51-80.
- 20 Veja Palmer, *Guardians of the Gulf* (op.cit.) pp. 102-242.
- 21 US Congress, Senate, Comittee on Armed Services, *Crisis in the Persian Gulf Region: U.S. Policy Options and Implications*, Hearing, 101st Congresso, 2nd Session, Washington, D.C.: US Government Printing Office, 1990, pp. 10-13.
- 22 Para mais detalhes, veja Klare, *Resource Wars*, pp. 62-68.
- 23 Da transcrição do pronunciamento de Cheney, ver *The New York Times* (27/08/2002).
- 24 DoE/EIA, IEO 2003, Tabela D1, p. 235.
- 25 Neil MacFarquhar, “Explosions Rock Western Enclaves in Saudi Capital”, *The New York Times* (13/05/2003). Para mais informações sobre o mal-estar político na Arábia Saudita, veja Craig S. Smith, “Saudi Arabia Seems Calm, But, Many Say, Is Seething”, *The New York Times*, (24/03/2003); Douglas Jehl, “U.S. and Saudis Sensed Attacks Were Imminent”, *The New York Times* (14/05/2003).
- 26 Para mais informações sobre esses assuntos, veja Alfred B. Prados, *Saudi Arabia: Current Issues and U.S. Relations*, Issue Brief for Congress, Washington, D.C.: Congressional Research Service, Library of Congress (03/04/2003).
- 27 Para mais informações e discussão, veja Kenneth Katzman, *Iran: Current Developments and U.S. Policy*, Issue Brief for Congress, Washington, D.C.: Congressional Research Service, Library of Congress (13/03/2003). Veja também David S. Cloud, “U.S., Iran, Stall on Road to Rapprochement”, *Wall Street Journal* (12/05/2003).
- 28 Da transcrição do pronunciamento de Bush de 17/05/2001, ver *The New York Times* (18/05/2001).
- 29 US Department of Energy, Energy Information Administration, “Caspian Sea Region”, Country Analysis Brief (02/2002)
<<http://www.eia.doe.gov/cabs/caspian.html>> (acessado 22/02/2002).

- 30 Para mais informações, veja Klare, *Resource Wars*, pp. 84-92.
- 31 “Visit of President Heydar Aliyev of Azerbaijan”, declaração do Secretário de Imprensa, Casa Branca (01/08/1997) <www.library.whitehouse.gov> (acessado 02/03/1998).
- 32 Para mais informações e discussão, veja Klare, *Resource Wars*, pp. 88-92, 100-4.
- 33 Veja R. Jeffrey Smith, “U.S. Leads Peacekeeping Drill in Kazakhstan”, *Washington Post* (15 /09/1997). Veja também Klare, *Resource Wars*, pp. 1-5.
- 34 NEPDG, NEP 2001, cap. 8, pp. 12-13.
- 35 Veja “The Yankees Are Coming”, *The Economist* (19/01/2002) p. 37; Jean-Christophe Peuch, “Central Asia: U.S. Military Buildup Shifts Spheres of Influence”, Radio Free Europe/Radio Liberty, Praga (11/01/2002).
- 36 Veja Chip Cummins, “U.S. Plans to Send Military Advisers to Georgia Republic”, *Wall Street Journal* (27/02/2002); *Oil and Gas Journal Online*, “Azerbaijan, Georgia Address Security Threats to BTC Pipeline” (23/01/2003) <www.ogj.pennnet> (acessado 24/01/2003).
- 37 Para discussão, veja Jim Nichol, *Central Asia's New States: Political Developments and Implications for U.S. Interests*, Issue Brief for Congress, Washington, D.C.: Congressional Research Service, Library of Congress, (01/04/2003). Veja também Martha Brill Olcott, “The Caspian’s False Promise”, *Foreign Policy*, verão 1998, pp. 95-113.
- 38 DoE/EIA, IEO 2002, Tabela D1, p. 239.
- 39 NEPDG, NEP 2001, cap. 8, p. 11. Veja também “Black Gold”, *The Economist* (26/10/2002), pp. 59-60; James Dao, “In Quietly Courting Africa, White House Likes Dowry”, *The New York Times* (19/09/2002).
- 40 Veja Departamento de Energia dos EUA, Energy Information Administration, “Nigeria”, Country Analysis Brief (01/2002) <www.eia.doe.gov/emeu/cabs/nigeria.html> (acessado 21/10/2002).
- 41 NEPDG, NEP 2001, cap. 8, p. 11.
- 42 US Department of Energy, Energy Information Administration, “Angola”, Country Analysis Brief (11/2002) <www.eia.doe.gov/emeu/cabs/angola.html> (acessado 02/12/2002).
- 43 Veja “Nigerian Women, in Peaceful Protest, Shut Down Oil Plant”, *The New York Times* (14/07/2002); “Nigerian Troops Move Into Delta to Put Down Ethnic Riots”, *The New York Times* (20/03/2003); Sarah Moore, “Nigeria’s New Challenge for Big Oil”, *Wall Street Journal* (26/07/2002); Norimitsu Onishi, “As Oil Riches Flow, Poor Village Cries Out”, *The New York Times* (22/12/2002); Somini Sengupta, “Ni-

- gerian Strife, Little Noted, Is Latest Threat to Flow of Oil”, *The New York Times* (22/03/2003).
- 44 US Department of State, *Congressional Budget Justification: Foreign Operations, Fiscal Year 2004* (02/2003) <www.fas.org> (acessado 27/02/2003).
- 45 Veja Antony Goldman e James Lamont, “Nigeria and Angola to Discuss U.S. Plan for Regional Military Base”, *Financial Times* (04/10/2001); “U.S. Naval Base to Protect Sao Tome Oil”, BBC News World Edition, (22/08/2002) <news.bbc.co.uk> (acessado 6/03/2003).
- 46 Spencer Abraham, comentários ante a Quinta Conferência Ministerial Hemisférica de iniciativa Energética, Cidade do México (08/03/2001) <www.energy.gov/HQ/Docs/speeches/2001/marss/mexico_v.html> (acessado 24/04/2001).
- 47 Ibid.
- 48 NEPDG, NEP 2001, cap. 8, p. 9.
- 49 Ibid., cap. 8, p. 10.
- 50 Veja “Venezuela Oil Woes Are Long Term”, *Wall Street Journal* (14/02/2003); Juan Forero, “Venezuelan Oilman: Rebel with a New Cause”, *The New York Times* (09/02/2003). Para mais informações sobre a indústria petrolífera da Venezuela, veja US Department of Energy, Energy Information Administration, “Venezuela”, Country Analysis Brief (12/2002) <www.eia.doe.gov/cabs/venez.html> (acessado 20/12/2002).
- 51 Para mais informações sobre a indústria petrolífera Colombiana, veja US Department of Energy, Energy Information Administration, “Colombia”, Country Analysis Brief (05/2002) <www.eia.doe.gov/cabs/colombia.html> (acessado 29/05/2002).
- 52 Veja Juan Forero, “New Role for U.S. in Colombia: Protecting a Vital Oil Pipeline”, *The New York Times* (04/10/2002).
- 53 Discurso do governador George W. Bush em The Citadel, Charleston, Carolina del Sur (23/09/1999) <www.georgewbush.com> (acessado 02/12/1999).
- 54 US Department of Defense, *Quadrennial Defense Review Report*, Washington, D.C.: DoD (30/09/2001) p. 43.

